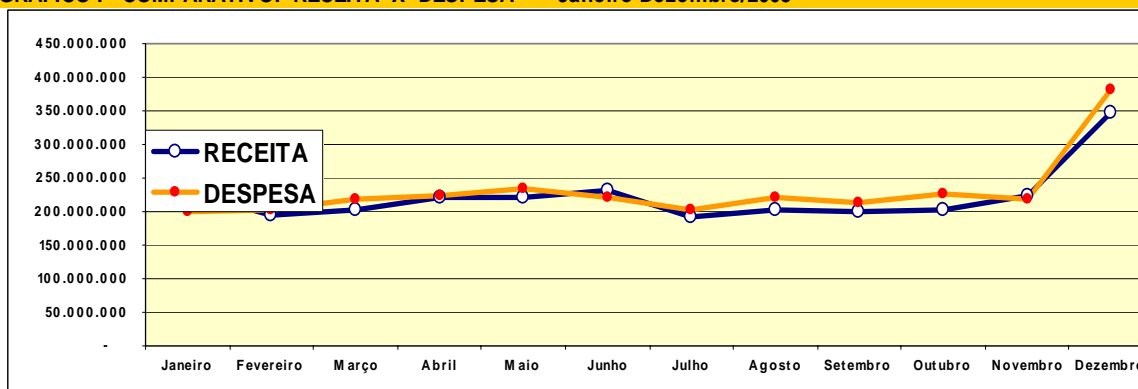


RESULTADO DO TESOURO ESTADUAL 2005 ESTADO DE ALAGOAS

O Tesouro Estadual registrou no período de janeiro a dezembro de 2005, um déficit de (-3,01%) o que equivale a R\$ 83,1 milhões. As receitas totalizaram R\$ 2.678,2 bilhões, enquanto as despesas somaram R\$ 2.761,3 bilhões, este resultado negativo é bem mais acentuado que o do exercício de 2004, déficit de (-1,09%). Apesar do excelente desempenho das receitas com um crescimento real de 15,23% (valor atualizado pelo IPCA-IBGE) a evolução das despesas foi bem mais acentuada alcançando 18,29% de crescimento real, índice bem mais expressivo que o experimentado no exercício de 2004, que foi de 8,24%. Os destaques maiores nos gastos públicos estaduais ficaram por conta do custeio/investimento com crescimento real de 72,75% e do serviço da dívida que sofreu um incremento real de 33,59%, ambos comparados ao exercício de 2004. A este elevado crescimento no nível de dispêndio deve ser creditada a razão maior pelo resultado de desequilíbrio nas contas do tesouro estadual em 2005. A tendência de déficit pode ser observada praticamente em todos os meses do exercício de 2005, excetuando-se os meses de janeiro, junho e novembro.

GRÁFICO I - COMPARATIVO: RECEITA X DESPESA - Janeiro-Dezembro/2005



EVOLUÇÃO MENSAL DA RECEITA E DESPESA - Janeiro-Dezembro/2005

	RECEITA		DESPESA		(RECEITA / DESPESA)
	VALOR	VARIAÇÃO (%)	VALOR	VARIAÇÃO (%)	(%)
Janeiro	229.673.116,47	-	200.738.538,95	-	14,41
Fevereiro	194.977.187,36	-15,11	201.930.148,27	0,59	-3,44
Março	202.572.073,50	3,90	218.928.989,71	8,42	-7,47
Abril	220.111.177,76	8,66	222.800.914,37	1,77	-1,21
Mai	221.986.377,37	0,85	233.022.344,02	4,59	-4,74
Junho	231.248.939,88	4,17	220.606.873,66	-5,33	4,82
Julho	196.543.775,54	-15,01	203.379.391,95	-7,81	-3,36
Agosto	207.892.402,10	5,77	220.035.565,74	8,19	-5,52
Setembro	199.051.633,83	-4,25	213.509.278,37	-2,97	-6,77
Outubro	203.113.370,46	2,04	225.694.104,27	5,71	-10,01
Novembro	222.819.764,36	9,70	218.725.559,49	-3,09	1,87
Dezembro	348.300.119,53	56,31	382.000.845,46	74,65	-8,82
T O T A L	2.678.289.938,16	-	2.761.372.554,26	-	-3,01

Fonte: SEFAZ Nota: No total da Despesa não estão computados "OutrasDespesas" - Restos a Pagar, Precatórios.

As Receitas do Tesouro Estadual cresceram nominalmente 23,30 % quando comparadas com o exercício de 2004 – considerando-se a soma das receitas arrecadadas diretamente pelo Tesouro adicionadas as Transferências Constitucionais recebidas da união, com destaque para a evolução das receitas de Transferências Federais com crescimento nominal de 25,13%, seguido pelo grupo das receitas Tributárias que cresceu 16,66% no mesmo período. O Fundo de Participação dos Estados – FPE, formado pelas receitas de Imposto de Renda e IPI, é o responsável maior pelo bom desempenho das receitas estaduais em 2005, respondendo individualmente por 46,57 % das Receitas Líquidas do Tesouro Estadual, com um crescimento nominal de 25,15% neste exercício contra os 10,23% alcançados no ano de 2004. Já a receita com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, segunda maior fonte de financiamento das contas públicas estaduais cresceu nominalmente 14,27%, percentual este inferior ao índice experimentado no exercício de 2004 que foi de 20,20%. No grupo das receitas tributárias, o destaque maior ficou por conta do desempenho do Imposto de Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, que cresceu nominalmente 24,72% em comparação com o ano de 2004. Dentre as Transferências Federais, além do FPE, merecem ser citadas como destaque pelo seu crescimento em 2005, as receitas com: Xisto/Gás (Royalties) (48,90%), Quota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE (48,84%) e Auxílio Financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para fomentar as exportações do País - MP 193 CEX, (32,26%). Ainda dentro do exercício de 2005, ingressaram nos cofres públicos estaduais R\$ 46,3 milhões, advindos de repasses da Caixa Econômica Federal – CEF, fruto de negociações realizadas entre o governo estadual e aquela entidade creditícia federal, o que resultou na manutenção na CEF das contas de salários dos servidores e de fornecedores de bens e serviços aos órgãos da Administração Pública Estadual (R\$ 36,7 milhões) e R\$ 9,6 milhões advindos do Fundo de Compensação de Variação Salarial – FCVS.

COMPARATIVO: RECEITA TOTAL -VALORES CORRENTES E CONSTANTES - Janeiro-Dezembro / 2004-2005						
Especificação	VALORES NOMINAIS			VALORES A PREÇOS DE DEZEMBRO 2005 (1)		
	2004 (a)	2005 (b)	(b/a)%	2004 (a)	2005 (b)	(b/a)%
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	1.015.329.113,62	1.184.509.756,18	16,66	1.110.414.297,60	1.213.017.787,92	9,24
ICMS	960.996.781,72	1.098.100.492,36	14,27	1.050.921.910,52	1.124.663.630,09	7,02
IPVA	43.406.432,35	54.137.792,30	24,72	47.536.891,50	55.429.869,58	16,60
ITCD	1.046.460,17	1.511.197,60	44,41	1.146.178,31	1.557.659,52	35,90
TAXAS	1.802.413,15	1.754.458,36	-2,66	1.980.765,37	1.798.693,60	-9,19
O. REC. TRIBUTÁRIAS	8.077.026,23	29.005.815,56	259,12	8.828.551,91	29.567.935,14	234,91
OUTRAS RECEITAS	-	46.305.837,59	-	-	46.305.837,59	-
TRANSF. FEDERAIS	1.156.766.039,68	1.447.474.344,39	25,13	1.268.349.200,94	1.481.785.299,28	16,83
FPE	995.769.204,00	1.246.234.697,61	25,15	1.092.376.679,04	1.275.990.828,73	16,81
IPI	5.055.544,46	6.056.257,66	19,79	5.534.886,63	6.199.232,60	12,00
XISTO/GÁS (Royalties)	28.331.316,55	42.184.779,50	48,90	30.969.055,74	43.091.177,60	39,14
REC. HÍDRICOS	7.399.258,58	8.444.037,30	14,12	8.103.451,37	8.628.612,87	6,48
FEP	3.809.098,47	4.166.372,95	9,38	4.193.769,42	4.270.525,81	1,83
TRANSF. I. RENDA	52.103.942,83	60.043.968,05	15,24	56.994.851,41	61.398.613,15	7,73
DNPM	29.118,09	46.275,42	58,92	32.072,79	47.447,32	47,94
L. Kandir(Q.parte Estado)	21.425.610,00	21.425.789,88	0,00	23.502.463,31	21.954.708,96	-6,59
CIDE	13.310.346,70	19.811.603,52	48,84	14.564.273,64	20.420.814,51	40,21
MP 193 CEX(Q.parte.Est)	29.532.600,00	39.060.562,50	32,26	32.077.697,59	39.783.337,73	24,02
TOTAL	2.172.095.153,30	2.678.289.938,16	23,30	2.378.763.498,54	2.741.108.924,79	15,23

Fonte: SEFAZ

OBS:(1) - Valores atualizados a preços de dezembro de 2005, inflacionados pelo IPCA do IBGE

Muito embora não apareçam nos demonstrativos elaborados neste relatório outras fontes de receitas alimentam os gastos do Tesouro Estadual, principalmente os recursos liberados pela União para o Estado de Alagoas através de convênios e outros instrumentos legais que somaram em 2005 a quantia de R\$ 260,3 milhões, destes R\$ 194,9 milhões destinaram-se às obras nas mais diversas áreas de atuação do Poder Público Estadual. Este volume de recursos representa um crescimento nominal de 90,6% em relação ao exercício de 2004. O Fundo Estadual de Combate à Pobreza, também destinou R\$ 15,9 milhões para serem aplicados em ações previamente definidas na Lei nº 6.558 de 30/12/2004.

ARRECAÇÃO DO ICMS - ESTADOS DO NORDESTE - Valores em R\$ mil - 2003 - 2005					
ESTADOS	I C M S			Crescimento Nominal	
	2003	2004	2005	2004/2003	2005/2004
Maranhão	979.434	1.183.362	1.463.924	20,82	23,71
Piauí	612.352	761.714	902.277	24,39	18,45
Ceará	2.633.552	2.994.507	3.144.615	13,71	5,01
Rio G. do Norte	1.186.707	1.394.727	1.616.429	17,53	15,90
Paraíba	1.040.954	1.144.414	1.336.561	9,94	16,79
Pernambuco	3.177.688	3.666.716	4.313.199	15,39	17,63
Alagoas	799.525	960.996	1.098.100	20,20	14,27
Sergipe	764.509	873.018	1.010.710	14,19	15,77
Bahia	5.871.355	7.129.928	7.820.304	21,44	9,68

Fonte: COTEPE , SEFAZ/AL

No comparativo com os estados do Nordeste, no exercício de 2005, Alagoas apresentou um crescimento na arrecadação de ICMS bem mais modesto que o ano anterior, superando apenas os indicadores dos estados da Bahia e Ceará, entretanto a sua participação no total do ICMS arrecadado cresceu de 4,80% em 2004 para 4,84% no exercício de 2005.

ARRECAÇÃO DO ICMS X PRODUTO INTERNO BRUTO - Valores em R\$ milhões - 2002 - 2003						
ESTADOS	PIB		I C M S		(ICMS/PIB)%	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003
Maranhão	11.420	13.984	922	979	8,07	7,00
Piauí	6.166	7.325	544	612	8,83	8,36
Ceará	24.204	28.425	2.424	2.634	10,01	9,26
Rio G. do Norte	11.633	13.696	1.016	1.187	8,74	8,66
Paraíba	11.634	13.711	925	1.041	7,95	7,59
Pernambuco	36.510	42.261	2.865	3.178	7,85	7,52
Alagoas	8.767	10.326	673	800	7,68	7,74
Sergipe	9.496	11.704	690	765	7,27	6,53
Bahia	62.103	73.166	5.154	5.871	8,30	8,02
NORDESTE	181.933	214.598	15.213	17.066	8,36	7,95
BRASIL	1.346.028	1.556.154	105.388	119.299	7,83	7,67

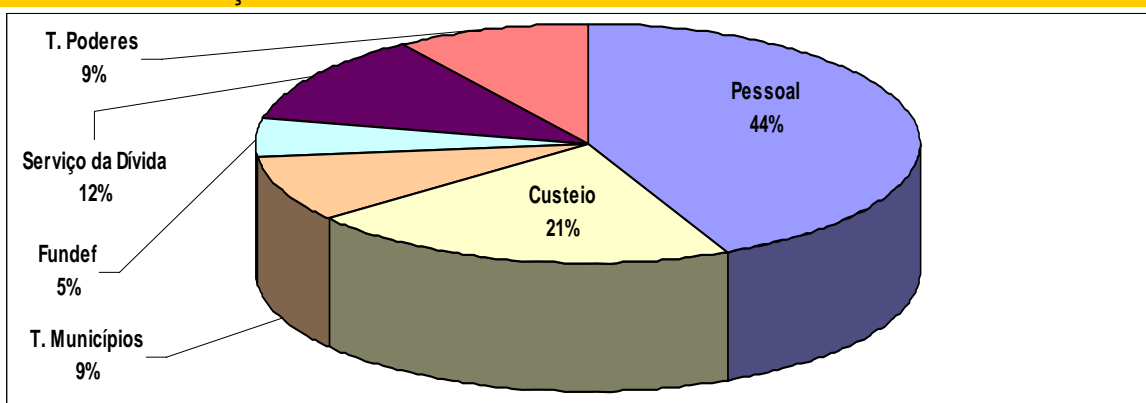
Fonte: IBGE - COTEPE

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS ESTADOS NA ARRECAÇÃO DO ICMS DA REGIÃO NORDESTE - 2001 - 2005					
ESTADOS	2001	2002	2003	2004	2005
Maranhão	6,18	6,16	5,74	5,90	6,45
Piauí	3,59	3,57	3,59	3,80	3,97
Ceará	16,29	15,91	15,44	14,90	13,85
Rio Grande do Norte	7,00	6,67	6,95	6,90	7,12
Paraíba	6,99	6,07	6,10	5,70	5,89
Pernambuco	18,39	18,81	18,62	18,20	18,99
Alagoas	4,55	4,42	4,68	4,80	4,84
Sergipe	4,44	4,53	4,48	4,30	4,45
Bahia	32,57	33,84	34,40	35,40	34,44
NORDESTE	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: COTEPE , SEFAZ/AL

As despesas do Tesouro Estadual cresceram 25,75% em termos nominais, experimentando assim um ritmo de incremento bem mais elevado que o verificado no exercício de 2004 (15,67%), citado anteriormente. Os itens que mais contribuíram para esta elevação foram: o custeio/investimento que evoluiu de R\$ 249,7 milhões em 2004, para R\$ 460,2 milhões isto equivale a um crescimento real de 72,75% e o dispêndio com o serviço da dívida pública estadual com o qual o Tesouro Estadual desembolsou R\$ 380,1 milhões o que acarretou um aumento de R\$ 100,0 milhões e um crescimento real de 33,59% comparado ao exercício anterior. Um outro item de despesa que merece destaque pelo seu peso na participação geral nos gastos é o da despesa com Pessoal do Poder Executivo, que sofreu um incremento de R\$ 168,0 milhões comparado aos gastos efetivados no ano de 2004.

GRÁFICO II - COMPOSIÇÃO GERAL DA DESPESA



No 4º trimestre de 2005, as receitas cresceram 28,29% em termos nominais em relação ao trimestre anterior, que apresentou uma queda de (-10,37%). A maior recuperação se deu exatamente no grupo das Transferências Federais que apresentou um crescimento de 36,90% contra uma retração de (-17,52%) no 3º trimestre; coube ao Fundo de Participação dos Estados – FPE a responsabilidade maior pelo excelente crescimento no volume das Transferências Federais ocorridas no 4º trimestre, uma vez que através deste Fundo Constitucional, ingressaram no Tesouro Estadual R\$ 353,9 milhões, de um total de R\$ 420,9 milhões recebidos a título de Transferências Federais. Já o grupo das receitas: Tributária e Outras Receitas apresentaram um crescimento menos expressivo neste trimestre, com incremento nominal de 19,35%, ressalte-se que este índice só foi alcançado em função do aporte no Tesouro Estadual de R\$ 46,3 milhões, advindos do item denominado Outras Receitas, uma vez que o item receita tributária apresentou um crescimento bastante moderado (3,71%).

R E C E I T A - (Receita Tributária, Transf. Federais e Outras Receitas)						
Especificação	Outubro	Novembro	Dezembro	Total (a)	3º trim/2005(b)	(a/b)%
Receitas Tributárias	93.839.056,12	89.852.275,71	123.286.627,35	306.977.959,18	296.010.051,15	3,71
ICMS	86.111.722,92	84.442.788,79	118.171.180,54	288.725.692,25	263.598.125,18	9,53
Outras Rec Tributárias	7.727.333,20	5.409.486,92	5.115.446,81	18.252.266,93	32.411.925,97	-43,69
Transf. Federais	109.274.314,34	132.967.488,65	178.707.654,59	420.949.457,58	307.477.760,32	36,90
FPE	90.672.814,84	109.607.268,84	153.670.120,34	353.950.204,02	263.152.102,05	34,50
Outras Transf. Federais	18.601.499,50	23.360.219,81	25.037.534,25	66.999.253,56	44.325.658,27	51,15
Outras Receitas	-	-	46.305.837,59	-	-	-
TOTAL	203.113.370,46	222.819.764,36	348.300.119,53	774.233.254,35	603.487.811,47	28,29

Fonte: SEFAZ

R E C E I T A T R I B U T Á R I A E O U T R A S R E C E I T A S						
Especificação	Outubro	Novembro	Dezembro	Total (a)	3º trim/2005(b)	(a/b)%
ICMS	86.111.722,92	84.442.788,79	118.171.180,54	288.725.692,25	263.598.125,18	9,53
IPVA	4.807.489,22	2.600.646,02	1.558.497,14	8.966.632,38	20.754.285,84	-56,80
ITCD	58.676,07	98.149,97	105.245,75	262.071,79	341.786,81	-23,32
TAXAS	148.538,46	142.674,77	146.820,71	438.033,94	436.603,56	0,33
OUTRAS REC. TRIBUTÁRIAS	2.712.629,45	2.568.016,16	3.304.883,21	8.585.528,82	10.879.249,76	-21,08
Outras Receitas (1)	-	-	46.305.837,59	46.305.837,59	-	-
TOTAL	93.839.056,12	89.852.275,71	169.592.464,94	353.283.796,77	296.010.051,15	19,35

Fonte: SEFAZ

Nota: (1) Recursos recebidos da CEF para manutenção da cota salário naquela instituição financeira e receita proveniente do FCVS.

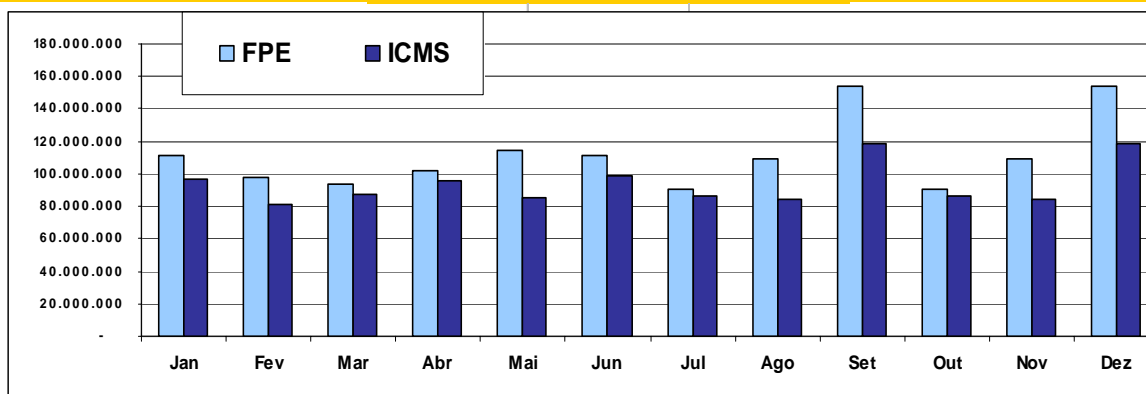
Além do forte crescimento nominal de 34,50% do FPE no 4º trimestre, incrementos acentuados se verificaram também nas Transferências Federais com os títulos: MP193CEX- Fomento a Exportações, com crescimento nominal de 129,05% e o de Indenização pela extração de Óleo bruto, Xisto e Gás (Royalties) que cresceu 99,88%, quando comparados ao desempenho do trimestre anterior.

T R A N S F E R Ê N C I A S F E D E R A I S						
Especificação	Outubro	Novembro	Dezembro	Total (a)	3º trim/2005(b)	(a/b)%
FPE	90.672.814,84	109.607.268,84	153.670.120,34	353.950.204,02	263.152.102,05	34,50
IPI - exp	555.015,60	574.515,25	634.834,53	1.764.365,38	1.459.050,53	20,93
XISTO/GÁS (Royalties)	3.193.623,27	12.780.941,13	-	15.974.564,40	7.991.882,38	99,88
REC. HÍDRICOS	730.284,65	777.697,37	836.478,76	2.344.460,78	2.172.758,92	7,90
FEP	259.389,50	304.047,14	363.795,54	927.232,18	1.239.837,88	-25,21
TRANSF. I. RENDA	4.691.077,69	4.674.269,42	9.424.051,88	18.789.398,99	13.779.868,37	36,35
DNPM	3.408,17	2.232,00	3.893,54	9.533,71	10.463,45	-8,89
L. Kandir(Q.Parte/Est)	1.785.467,50	1.785.467,50	1.785.467,50	5.356.402,50	5.356.402,50	0,00
CIDE	4.922.183,12	-	-	4.922.183,12	4.932.244,24	-0,20
MP 193 CEX(Q/Parte.Est)	2.461.050,00	2.461.050,00	11.989.012,50	16.911.112,50	7.383.150,00	129,05
TOTAL	109.274.314,34	132.967.488,65	178.707.654,59	420.949.457,58	307.477.760,32	36,90

Fonte: SEFAZ

Quando se compara à evolução da arrecadação do Fundo de Participação dos Estados - FPE e o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS no ano de 2005, constata-se que a receita com o Fundo é superior em 13,49%, quadro este bastante diferenciado do constatado no exercício passado onde esta diferença foi de apenas 3,62% e a receita com ICMS superou as Transferências Federais em cinco meses.

GRÁFICO III - COMPARATIVO DAS RECEITAS DE ICMS E FPE - Janeiro - Dezembro/2005



Conforme verificado nas análises anteriores de desempenho das Receitas Estaduais, a trajetória dos indicadores da arrecadação do ICMS, por natureza de recolhimento, tem se alterado de forma acentuada nos últimos três anos, principalmente pelas alterações sofridas pelo item denominado substituição tributária que em 2003, representava 43,2% deste total, passando para 32,94% em 2004, e se reduz a uma participação 26,04% em 2005. Este quadro apresenta modificação mais acentuada a partir do exercício de 2004, com a inclusão do item denominado de ICMS Antecipado Lei nº 6474/2004, aponta naquele ano com uma participação de 4,7% do total da receita arrecadada e chega a 10,6% no período de janeiro/dezembro de 2005. Contribuiu também para a alteração deste quadro de receita a inclusão do item parcelamento do setor sucroalcooleiro que foi inserido nesta estrutura no exercício de 2004 alcançando em 2005 a participação de 2%, equivalente a um recolhimento de R\$ 25,4 milhões. No entanto, as ponderações acima citadas, não justificam em sua totalidade a queda da participação do item substituição tributária no grupo de receita aqui analisado, principalmente a variação nominal negativa de (-8,52%) quando confrontado com o ano de 2004. Uma vez que neste item de receita estão incluídas as comercializações de mercadorias que quase sempre sofrem reajustes acima dos índices oficiais de inflação e o seu consumo sempre é crescente, podemos enumerar alguns deles: combustíveis, automóveis, produtos farmacêuticos, bebidas, cigarros e outros.

ARRECAÇÃO DE ICMS SEGUNDO A NATUREZA DO RECOLHIMENTO - Jan-Dez/ 2004 e Jan-Dez /2005

Especificação	2 0 0 4		2 0 0 5		Variação Nominal (2005/2004)%
	Valor	Participação %	Valor	Participação %	
Substituição Tributária	316.504.304,20	32,94	289.541.905,62	26,4	-8,52
Normal	248.405.566,01	25,85	274.032.273,31	25,0	10,32
Comunicação	118.096.294,09	12,29	118.708.574,30	10,8	0,52
Energia Elétrica	95.466.135,67	9,93	90.292.397,10	8,2	-5,42
Transporte	15.575.997,38	1,62	16.579.848,40	1,5	6,44
Remissão	8.675.085,29	0,90	8.293.283,19	0,8	-4,40
Parcelamento Setor Sucroalcooleiro	17.610.797,10	1,83	22.087.108,86	2,0	25,42
ICMS Antecipado Lei 6474/2004	45.855.838,14	4,77	116.157.830,34	10,6	153,31
Outros	94.806.763,84	9,87	162.407.271,24	14,8	71,30
TOTAL	960.996.781,72	100,00	1.098.100.492,36	100,0	14,27

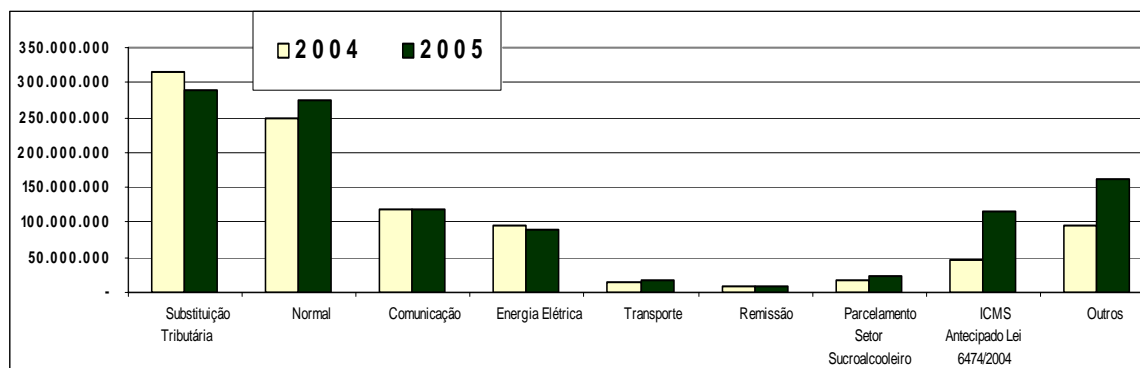
i. **Tributária:** ICMS retido na fonte. (combustíveis, automóveis, bebidas, cigarros, produtos farmacêuticos, cimento e outros)

Normal: Comércio Atacadista, Varejista, Indústrias.

Outros: Demais itens não mencionados.

A retração nas receita de ICMS - substituição tributária, energia elétrica e ao quase não crescimento nominal do item comunicação deve ser creditado ao crescimento de 14,27% no total desta receita tributária no exercício de 2005, contra os 20,2% experimentados no ano anterior. Dos itens que respondem pelas maiores participações na formação deste grupo de receita, apenas o que detém o título de ICMS - Normal apresentou crescimento nominal positivo (10,32%), mesmo assim esta performance ficou bem distante dos 42,3%, alcançados em 2004. Ressalte-se também o excelente desempenho do item de receita denominado de ICMS – Antecipado Lei nº 6474/2004 que cresceu nominalmente 153,31%, comparado ao ano de 2004, com recolhimento de R\$ 116,1 milhões no exercício em análise, mesmo considerando que, em 2004, o ingresso desta receita se deu a partir do mês de agosto, outra receita que apresentou um bom desempenho sem maiores justificativas foi o item Outros - ICMS com crescimento nominal de 71,30% em 2005, comparado ao exercício de 2004.

GRAFICO IV - ARRECADAÇÃO DO ICMS SEGUNDO A NATUREZA DO RECOLHIMENTO - Jan-Dez/2004 - Jan-Dez/2005



Além da queda observada no item de receita ICMS - Substituição Tributária, constata-se também uma retração na receita classificada como ICMS - Energia Elétrica (-5,42%), com um recolhimento menor de R\$ 5,2 milhões em relação ao exercício de 2004 – como este tipo de serviço sempre sofre reajustes tarifários anuais e há um incremento vegetativo em seu consumo, e como não houve restrição ou redução na sua demanda no Estado de Alagoas em 2005 – a princípio não encontramos justificativa plausível para este quadro negativo. O mesmo raciocínio se aplica ao inexpressivo crescimento nominal de 0,52% da receita do ICMS – Comunicação, contra os 18,2% atingidos pela mesma no ano anterior.

PARTICIPAÇÃO DAS DIVERSAS ATIVIDADES NA ARRECADAÇÃO DO ICMS - PERÍODO: Jan/2005 - Dez/2005 - Valores em R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
COMÉRCIO ATACADISTA	17,9	14,7	13,4	14,8	14,0	13,9	12,8	13,1	12,4	13,3	15,9	16,9
COMÉRCIO VAREJISTA	20,2	12,3	11,4	13,6	12,9	12,9	14,6	15,7	16,2	14,3	16,2	16,5
INDÚSTRIA	16,6	15,3	12,5	15,6	13,2	13,8	15,3	15,2	18,5	20,5	16,1	26,2
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	23,1	14,1	23,2	29,0	30,5	40,6	20,9	16,0	27,7	16,5	11,8	30,9
EXTRAÇÃO MINERAL, REFINO E ENGARRAFAMENTO	12,9	20,5	20,6	18,8	10,3	10,6	15,2	18,4	13,7	14,9	20,5	16,4
OUTRAS (1)	2,4	1,5	1,4	1,7	1,8	1,8	1,8	2,4	4,8	6,8	2,7	9,5
TOTAL DA ARRECADAÇÃO (Valor Principal)	93,1	78,3	82,5	93,5	82,7	93,6	80,5	80,9	93,3	86,3	83,2	116,4

Fonte :SEFAZ / TI

(1) Atividades não identificadas - arrecadadas através de CNPJ, CPF - e demais atividades não relacionadas acima.

Influenciado pelas alterações sofridas na composição do grupo de ICMS, segundo a natureza do recolhimento, o grupo das atividades econômicas vêm sofrendo alterações em sua composição, principalmente o item comércio atacadista, principal fonte arrecadadora deste grupo que tem experimentado uma queda acentuada nesta participação nos últimos três anos. Este item que em 2003 representava 32,9% do total da arrecadação do grupo de receita em análise chega ao exercício de 2005 com uma fatia de apenas 16,3% do volume desta arrecadação, o que acarretou uma retração nominal de (-13,2%) equivalendo a R\$ 26,4 milhões comparados ao exercício anterior, já a variação do item denominado prestação de serviços (comunicação, energia elétrica e outros) tem uma configuração totalmente diferenciada da apresentada pelo item acima citado, caindo de 23,5% para 16,5% na participação do total da receita arrecadada. Quando se confronta os anos de 2003 e 2004, no entanto, o item prestação de serviços assume um percentual de 26,7% deste total analisando-se o exercício de 2005. Outra alteração na composição do grupo de receita de ICMS estudado que merece destaque é o do item com a denominação extração mineral, refino e engarrafamento, que em 2003 participava com apenas 4%, e chega a 2005 com 18,1% do montante arrecadado, que equivale a R\$ 192,8 milhões.

COMPARATIVO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS POR DIVERSAS ATIVIDADES - PERÍODO: Jan-Dez/2004 e Jan-Dez/ 2005 - Valores em R\$ milhões					
DISCRIMINAÇÃO	Jan-Dez/2004		Jan-Dez/2005		Varição Nominal
	Valor	Part(%)	Valor	Part(%)	2005/2004
COMÉRCIO ATACADISTA	199,5	21,2	173,1	16,3	-13,2
COMÉRCIO VAREJISTA	136,8	14,5	176,6	16,6	29,1
INDÚSTRIA	201,9	21,5	198,6	18,7	-1,6
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	155,2	16,5	284,3	26,7	83,2
EXTRAÇÃO MINERAL, REFINO E ENGARRAFAMENTO	91,6	9,7	192,8	18,1	110,5
OUTRAS (1)	155,5	16,5	38,8	3,6	-75,1
TOTAL	940,5	100,0	1.064,2	100,0	13,2

Fonte :SEFAZ / TI

(1) Atividades não identificadas - arrecadadas através de CNPJ, CPF - e demais atividades não relacionadas acima.

Segundo citação em Boletins Econômicos anteriores, na atividade econômica denominada de comércio atacadista, a arrecadação maior ainda fica por conta da comercialização de álcool carburante, gasolina e demais derivados, que vem participando em média com mais de 40% do volume de recursos financeiros arrecadados neste item, embora este setor já tenha participado com até mais de 60% do total desta receita. No subgrupo comércio varejista há uma distribuição quase uniforme entre os itens mercadorias em geral, artigos de vestuários e complementos e lojas de departamentos e magazines que juntos somam mais de 34% do total da receita deste subgrupo. Na composição da atividade indústria três itens são responsáveis pela maior parcela do ICMS arrecadada, são eles: cervejas e chopes; automóveis, caminhonetes e utilitários e cloro e alcalis com uma variação média superior a 40% do total arrecadado. As atividades de telecomunicação e transmissão e distribuição de energia elétrica arrecadaram em 2005 R\$ 208,9 milhões e respondem juntas por mais de 73% da receita de ICMS, advindos do item prestação de serviços. A extração de petróleo e gás natural isoladamente responde por mais de 80% da receita de ICMS arrecadada através da atividade extração mineral, refino e engarrafamento.

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS SEGMENTOS NA ARRECADAÇÃO DO ICMS - Janeiro/2005 - Dezembro/2005												
DISCRIMINAÇÃO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
COMÉRCIO ATACADISTA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Álcool carburante, gasolina e demais derivados	44,6	45,8	45,1	39,6	43,1	42,4	41,5	39,4	38,6	44,0	39,5	36,7
Combustíveis de origem mineral em bruto	1,4	1,2	1,3	1,8	1,9	1,0	0,7	0,2	0,3	0,4	0,4	0,2
Cigarros, cigarrilhas e charutos	8,4	9,7	9,4	9,5	7,8	9,3	10,2	8,6	10,2	7,8	7,2	8,0
Mercadorias em geral	6,8	5,9	7,6	5,9	6,2	5,9	7,1	7,0	9,0	6,6	6,1	6,0
Peças e acessórios novos para veículos	3,9	4,1	3,3	5,4	3,5	5,3	0,7	0,7	0,6	1,0	0,5	0,6
Cosméticos e produtos de perfumaria	3,4	3,1	2,6	3,6	4,2	3,4	3,9	4,1	4,0	3,7	3,2	4,5
Produtos farmacêuticos de uso humano	3,1	3,4	4,3	7,5	3,2	3,9	5,6	5,3	4,5	2,4	2,3	2,2
Outros	28,4	26,8	26,4	26,6	30,0	28,8	30,3	34,7	32,9	34,0	40,6	41,8
COMÉRCIO VAREJISTA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Máquinas e aparelhos e equipamentos elétricos	3,2	4,3	3,0	2,8	3,9	2,9	2,3	2,7	2,8	2,4	2,1	2,3
Mercadorias em geral com pred. Produtos Alimentícios	18,7	17,2	16,8	19,7	17,4	17,7	14,3	16,2	13,9	13,5	15,3	5,2
Artigos do vestuário e complementos	16,9	8,5	11,4	9,1	10,6	12,5	12,3	9,6	10,3	9,7	9,9	11,8
Lojas de departamento e magazines	10,6	8,6	7,5	9,7	8,6	11,1	8,2	8,3	10,2	7,0	7,5	8,2
Materiais de construção em geral	4,5	6,6	6,1	5,8	5,5	5,0	4,7	5,3	5,6	5,9	5,1	4,9
Artigos de perfumaria, cosméticos e de higiene	3,9	4,4	3,9	4,6	4,6	4,4	4,3	4,0	4,2	5,1	3,6	4,4
Moveis	3,4	4,5	4,5	3,7	4,9	4,3	3,8	3,5	3,9	4,2	4,2	4,4
Automóveis, camionetas e utilitários	3,7	5,5	5,5	5,8	4,3	4,1	4,2	4,4	4,1	5,7	4,7	4,3
Tecidos	3,6	1,9	1,8	1,5	1,8	2,0	2,6	1,4	1,8	2,1	1,9	2,5
Calçados	3,5	2,4	2,2	2,8	2,2	2,5	2,6	2,3	2,2	2,3	2,0	1,8
Artigos de armarinho	3,4	3,4	4,7	3,3	3,3	2,6	3,0	3,2	3,1	2,7	3,1	3,0
Mercearias e armazens varejistas	1,8	2,5	2,5	2,1	2,5	2,4	2,2	2,0	1,9	2,1	2,0	1,8
Outros	22,8	30,2	30,1	29,3	30,4	28,5	35,5	37,1	36,0	37,2	38,7	45,4
INDÚSTRIA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Cervejas e chopes	29,4	25,8	24,6	19,9	20,4	20,0	19,2	17,2	11,9	9,2	11,3	17,5
Cimento	6,7	6,8	8,2	7,1	6,2	6,5	5,0	5,8	5,2	4,8	6,4	4,7
Automóveis, camionetes e utilitários	16,2	14,7	18,8	23,0	19,1	16,7	15,1	14,0	13,1	11,7	14,2	10,2
Cloro e Alcalis	6,8	4,6	3,6	4,9	3,1	12,7	7,9	10,4	10,4	3,2	14,1	3,5
Moagem de trigo e fabricação de derivados	2,2	11,7	2,6	3,6	7,0	5,8	9,6	3,3	15,6	4,1	2,4	5,7
Usinas de açúcar	6,3	7,3	5,9	10,4	15,0	10,1	11,3	14,3	11,9	13,5	15,9	10,5
Resinas termoplásticas	4,9	2,9	7,6	6,3	1,2	1,0	7,5	5,8	4,7	6,0	5,7	29,3
Tintas, vernizes, esmalte e laca	2,7	1,9	2,5	2,5	2,1	1,9	1,6	2,5	2,6	2,5	3,5	2,3
Gases industriais	1,8	1,5	2,3	1,1	2,5	1,8	2,2	2,5	2,2	1,5	1,9	1,3
Cigarros cigarrilhas e charutos	1,6	2,4	2,1	2,0	2,8	2,2	1,4	2,3	2,3	0,2	1,4	0,9
Produtos petroquímicos básicos	1,4	2,2	2,4	1,8	1,9	1,2	0,5	0,3	0,1	0,2	1,4	1,0
Álcool	1,4	1,0	0,9	0,1	0,1	0,1	0,3	0,3	0,1	1,2	0,5	0,5
Outros	18,6	17,2	18,5	17,3	18,4	20,0	18,5	21,4	20,0	41,9	21,5	12,5
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Transmissão e distribuição de energia elétrica	28,8	16,8	41,2	27,9	20,8	48,3	38,7	26,9	55,0	63,7	22,6	18,2
Telecomunicações por fio	37,4	31,2	23,5	35,4	34,8	26,6	23,4	15,8	11,5	0,8	17,0	57,3
Telecomunicações por satélite	2,2	3,8	2,5	1,9	1,7	1,3	2,0	2,7	2,1	4,8	8,1	2,5
Telecomunicações sem fio	24,1	35,2	22,0	17,3	26,1	14,7	13,8	27,0	12,9	23,1	43,1	16,4
Outros	7,5	13,1	10,8	17,5	16,5	9,1	22,1	27,6	18,5	7,6	9,2	5,6
EXTRAÇÃO MINERAL, REFINO E ENGARRAFAMENTO	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Extração de petróleo e gás natural	89,5	87,5	92,1	82,4	77,5	80,2	84,1	89,3	83,4	84,7	91,7	90,3
Refino de petróleo	8,8	11,5	7,0	16,1	20,6	18,0	14,6	9,4	15,0	13,5	7,3	9,0
Engarrafamento e gaseificação de água mineral	0,8	0,5	0,3	0,7	0,8	0,4	0,5	0,3	0,5	0,4	0,4	0,4
Extração de sal-gema	0,5	0,3	0,3	0,4	0,6	0,6	0,4	0,4	0,6	0,8	0,6	0,0
Outros	0,4	0,2	0,2	0,4	0,5	0,7	0,4	0,6	0,5	0,6	0,1	0,2

Fonte :SEFAZ / TI

As despesas do Tesouro Estadual totalizaram R\$ 826,4 milhões no 4º trimestre de 2005, com um incremento nominal de 29,75% comparados ao 3º trimestre. Três itens de despesas contribuíram para este acréscimo, vindo em primeiro lugar os gastos com Pessoal do Poder Executivo – quando a análise se dá pela ótica do volume despendido – no mês de dezembro são computadas as despesas com o pagamento do 13º salários dos servidores do

Executivo Estadual, o que acarretou um acréscimo de R\$ 88,0 milhões na despesa com Pessoal neste 4º trimestre, seguido pelo item custeio/investimento que cresceu 74,56%, um aumento de R\$ 74,1 milhões e o pagamento do serviço da dívida pública que cresceu mais R\$ 20,2 milhões. As Transferências Constitucionais a Municípios neste trimestre, somaram R\$ 73,7 milhões contra os R\$ 68,0 milhões repassados no trimestre anterior, este incremento recupera parte do crescimento negativo (-8,38%) experimentado no 3º trimestre.

DESPESA - (Poder Executivo e Transferências a Poderes)						
Especificação	Outubro	Novembro	Dezembro	Total (a)	3º trim/2005(b)	(a/b)%
Transf. a Poderes	25.443.152,60	25.349.354,88	26.814.354,88	77.606.862,36	77.405.218,89	0,26
Tribunal de Justiça	10.228.930,98	10.228.930,98	10.228.930,98	30.686.792,94	30.686.792,94	0,00
Tribunal de Contas	3.125.513,32	3.184.513,32	3.254.513,32	9.564.539,96	9.331.539,96	2,50
Assembleia Legislativa	7.787.845,75	7.657.845,75	9.052.845,75	24.498.537,25	23.252.691,50	5,36
Ministério Público	4.300.862,55	4.278.064,83	4.278.064,83	12.856.992,21	14.134.194,49	-9,04
Poder Executivo	200.250.951,67	193.376.204,61	355.186.490,58	748.813.646,86	559.519.017,17	33,83
Pessoal (Desp.Bruta) (1)	89.010.572,09	88.871.692,22	178.151.323,23	356.033.587,54	268.078.124,11	32,81
Custeio / Investimento	38.297.848,76	34.315.376,85	100.728.226,67	173.341.452,28	99.299.884,60	74,56
Transf. a Municípios	23.630.624,58	23.947.457,09	26.127.453,20	73.705.534,87	68.002.394,41	8,39
Fundef / Líquido	12.137.604,60	9.513.956,44	21.851.564,57	43.503.125,61	42.049.535,07	3,46
Serviço da Dívida	37.174.301,64	36.727.722,01	28.327.922,91	102.229.946,56	82.089.078,98	24,54
TOTAL	225.694.104,27	218.725.559,49	382.000.845,46	826.420.509,22	636.924.236,06	29,75

Fonte: SEFAZ

Nota: (1) Inclui-se o 13º salário

DESPESA REALIZADA COM PESSOAL - Poder Executivo (Adm. Direta e Indireta)						
Especificação	Outubro	Novembro	Dezembro (1)	Total (a)	3º trim/2005(b)	(a/b)%
Adm. Direta	51.158.855,25	57.251.708,72	103.513.362,85	211.923.926,82	156.880.429,57	35,09
Adm. Indireta	11.368.552,41	11.200.477,54	22.404.070,63	44.973.100,58	33.130.934,62	35,74
Pensões	10.295.924,71	10.387.329,24	20.038.004,79	40.721.258,74	30.081.493,04	35,37
Inativos	16.187.239,72	10.032.176,72	32.195.884,96	58.415.301,40	47.985.266,88	21,74
TOTAL	89.010.572,09	88.871.692,22	178.151.323,23	356.033.587,54	268.078.124,11	32,81

Fonte: SEFAZ

Nota: (1) Inclui-se o 13º salário

OUTRAS DESPESAS						
Especificação	Outubro	Novembro	Dezembro	Total (a)	3º trim/2005(b)	(a/b)%
Restos a Pagar	336.384,75	505.809,28	337.489,44	1.179.683,47	1.173.083,18	0,56
Precatórios/A Trabalhistas

Fonte: SEFAZ

SERVIÇO DA DÍVIDA						
Especificação	Outubro	Novembro	Dezembro	Total (a)	3º trim/2005(b)	(a/b)%
COHAB	460.569,30	921.212,48	461.772,66	1.843.554,44	905.227,42	103,66
IPASEAL	1.023.200,34	1.986.018,00	991.779,43	4.000.997,77	1.775.171,60	125,39
DMLP	2.581.468,49	-	-	2.581.468,49	-	-
VOTO 340/B.BRASIL	225.883,51	114.964,05	-	340.847,56	224.334,09	51,94
AV 030/B. BRASIL	282.111,17	143.087,03	-	425.198,20	295.818,18	43,74
ROLAGEM/C. UNIÃO	25.688.719,25	31.578.622,60	25.101.683,02	82.369.024,87	71.323.455,07	15,49
PNAFE/CEF/SEFAZ	-	-	-	-	1.544.793,31	-
DER/BIRD	2.585.797,03	-	-	2.585.797,03	-	-
CASAL/DMLP	2.506.085,79	-	-	2.506.085,79	11.842,02	21062,65
CASAL/AV. 030	11.791,16	11.129,39	-	22.920,55	342.949,16	-93,32
PRODETUR - I	127.652,05	117.273,81	123.867,69	368.793,55	270.410,33	36,38
PARC. INSS	1.331.023,55	1.111.818,72	1.287.483,15	3.730.325,42	4.083.400,77	-8,65
PARC. FGTS	350.000,00	743.595,93	361.336,96	1.454.932,89	1.311.677,03	10,92
TOTAL	37.174.301,64	36.727.722,01	28.327.922,91	102.229.946,56	82.089.078,98	24,54

Fonte: SEFAZ

O Tesouro Estadual desembolsou R\$ 1.150,4 bilhões com as despesas de Pessoal do Poder Executivo em 2005, incluindo-se os inativos e pensionistas, comprometendo mais de 48% da Receita Corrente Líquida Estadual o que ultrapassa o limite prudencial legal estabelecido para este gasto. Quando o comparativo é o total da despesa com Pessoal no Estado de Alagoas no período de janeiro/dezembro de 2005 a média é superior a 60,95% - índice este que é superior não só ao limite prudencial definido para esta despesa (57% da RCL) como o máximo permitido (60% da RCL). O Poder Legislativo, incluindo-se o Tribunal de Contas continua excedendo seu limite legal estabelecido de 3% da RCL. Os repasses de duodécimos aos demais Poderes, totalizou R\$ 307,3 milhões resultando em um crescimento nominal de 13,37% comparado ao exercício passado – coube ao Ministério Público o maior incremento nos repasses de duodécimos em 2005, com crescimento nominal de 36,68%. Salienta-se que o Governo Estadual demarrou, desde 2002, o processo de implantação e operacionalização do Regime Previdenciário Próprio do Estado de Alagoas com o propósito de gerenciar os gastos com as aposentadorias, que deverão migrar do Tesouro Estadual. Com a concretização deste Fundo Previdenciário possivelmente Alagoas poderá se enquadrar definitivamente nos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto a gastos com Pessoal.

TRANSFERÊNCIAS A PODERES E DESPESAS DO PODER EXECUTIVO - VALORES CORRENTES E CONSTANTES - Jan-Dez/2004-2005						
Especificação	VALORES NOMINAIS			VALORES A PREÇOS DE DEZEMBRO 2005 (1)		
	2004 (a)	2005 (b)	(b/a)%	2004 (a)	2005 (b)	(b/a)%
Transf. a Poderes	271.088.529,76	307.334.757,16	13,37	297.324.544,49	314.873.586,00	5,90
Tribunal de Justiça	114.008.526,58	122.808.687,98	7,72	125.054.803,92	125.842.086,47	0,63
Tribunal de Contas	32.550.985,00	37.558.190,25	15,38	35.705.411,46	38.477.659,84	7,76
Assembleia Legislativa	86.000.000,00	94.308.303,25	9,66	94.300.391,28	96.599.549,98	2,44
Ministério Público	38.529.018,18	52.659.575,68	36,68	42.263.937,82	53.954.289,71	27,66
Poder Executivo	1.924.879.777,38	2.454.037.797,10	27,49	2.090.586.193,12	2.509.810.355,07	20,05
Pessoal (Desp.Bruta)	982.802.634,65	1.150.417.190,77	17,05	1.075.113.258,82	1.176.364.670,32	9,42
Custeio / Investimento	249.773.453,91	460.259.621,03	84,27	271.682.956,26	469.337.276,37	72,75
Transf. a Municípios	256.873.928,25	283.064.939,89	10,20	280.938.932,83	289.939.395,42	3,20
Fundef / Líquido	156.244.533,04	180.147.122,75	15,30	171.232.657,41	184.610.067,94	7,81
Serviço da Dívida	279.185.227,53	380.148.922,66	36,16	291.618.387,79	389.558.945,01	33,59
TOTAL	2.195.968.307,14	2.761.372.554,26	25,75	2.387.910.737,60	2.824.683.941,07	18,29

Fonte: SEFAZ

OBS:(1) - Valores atualizados a preços de dezembro de 2005, inflacionados pelo IPCA do IBGE

COMPARATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA X PESSOAL DO P. EXECUTIVO E DE OUTROS PODERES - Jan-Dez/2005						
PERÍODO	RECEITA C. LÍQUIDA (a)	PESSOAL DO PODER EXECUTIVO		OUTROS PODERES		Participação (%) Executivo+Poderes
		VALOR (b)	Participação(b/a)%	VALOR (c)	Participação(c/a)%	
Janeiro	204.258.835,72	84.681.129,06	41,46	25.450.205,34	12,46	53,92
Fevereiro	174.638.120,05	85.333.420,22	48,86	25.425.051,05	14,56	63,42
Março	177.575.752,59	85.703.763,51	48,26	25.111.354,88	14,14	62,40
Abril	196.031.857,06	90.732.961,09	46,28	24.765.354,88	12,63	58,92
Mai	196.633.089,06	90.423.250,73	45,99	25.975.354,88	13,21	59,20
Junho	206.461.519,09	89.430.954,51	43,32	25.595.354,88	12,40	55,71
Julho	176.211.312,73	87.089.550,61	49,42	26.570.354,88	15,08	64,50
Agosto	182.547.049,36	91.880.910,94	50,33	25.619.509,13	14,03	64,37
Setembro	176.727.054,97	89.107.662,56	50,42	25.215.354,88	14,27	64,69
Outubro	179.482.745,88	89.010.572,09	49,59	25.443.152,60	14,18	63,77
Novembro	198.872.307,27	88.871.692,22	44,69	25.349.354,88	12,75	57,43
Dezembro	322.172.666,33	178.151.323,23	55,30	26.814.354,88	8,32	63,62
T O T A L	2.391.612.310,10	1.150.417.190,77	48,10	307.334.757,16	12,85	60,95

Fonte: SEFAZ

PARTICIPAÇÃO (%) PESSOAL DOS OUTROS PODERES X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - Jan-Dez/2005					
	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TRIBUNAL DE CONTAS	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL (%)
Janeiro	5,04	1,42	3,91	2,09	12,46
Fevereiro	5,86	1,79	4,46	2,45	14,56
Março	5,76	1,86	4,11	2,41	14,14
Abril	5,22	1,59	3,65	2,18	12,63
Maiο	5,20	1,58	4,25	2,18	13,21
Junho	4,95	1,51	3,86	2,07	12,40
Julho	5,80	1,77	4,34	3,17	15,08
Agosto	5,60	1,70	4,38	2,34	14,03
Setembro	5,79	1,76	4,30	2,42	14,27
Outubro	5,70	1,74	4,34	2,40	14,18
Novembro	5,14	1,60	3,85	2,15	12,75
Dezembro	3,17	1,01	2,81	1,33	8,32
M É D I A	5,27	1,61	4,02	2,27	13,17

Fonte: SEFAZ

Quando o comparativo é entre Receita Corrente Líquida e gasto com Pessoal do Poder Executivo no exercício de 2004, Alagoas com 48,28% ocupa a terceira posição no quadro nordestino, seguido pelos estados do Piauí (48,73%) e Paraíba (50,98%). O melhor desempenho coube ao estado do Ceará que comprometeu 40,09% de suas receitas com este gasto naquele exercício.

RELAÇÃO RECEITA CORRENTE LÍQUIDA X DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO - ESTADOS DO NORDESTE - 2004 - Valor R\$ Mil			
E S T A D O S	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	DESPESA COM PESSOAL (DLP)	(DLP/RCL)%
Maranhão	2.950.836	1.243.207	42,13
Piauí	1.940.461	945.544	48,73
Ceará	4.636.442	1.858.629	40,09
Rio Grande do Norte	2.618.951	1.219.665	46,57
Paraíba	2.335.662	1.190.644	50,98
Pernambuco	5.295.561	2.359.229	44,55
Alagoas	1.918.255	926.127	48,28
Sergipe	2.043.107	877.527	42,95
Bahia	9.075.419	3.747.112	41,29

Fonte: STN - Secretaria do Tesouro Nacional

As despesas com o custeio/investimento na estrutura da Administração Pública Estadual, no exercício de 2005, montou R\$ 460,2 milhões. Este dispêndio resultou em um crescimento real de 72,75% e um acréscimo de R\$ 210,5 milhões, quando se compara com o exercício de 2004. Os gastos com serviços de terceiros – pessoa jurídica, onde se inclui os contratos dos prestadores de serviços, que vão desde a manutenção e limpezas dos prédios públicos, consumo de água, energia elétrica, uso de telefone, locação de prédios e veículos chegando até aos serviços mais especializados de consultorias que representam a maior parcela no total desta despesa, respondendo por 36,76%, o que equivale a R\$ 169,2 milhões do gasto total. As despesas com obras e instalações somaram R\$ 91,4 milhões e as despesas com material de consumo chegaram a R\$ 65,7 milhões, equivalente a 14,28%. O dispêndio com os serviços de terceiros – pessoa física respondeu por 7,54%, e o menor gasto coube ao item equipamentos e material permanente (R\$ 18,0 milhões).

As despesas com restos a pagar sofreram um crescimento bastante acentuado em 2005, sendo desembolsado pelo Tesouro Estadual R\$ 73,1 milhões, contra os R\$ 38,0 milhões pagos em 2004.

DÍVIDA CONTRATUAL DO ESTADO DE ALAGOAS (SALDO DEVEDOR) - POSIÇÃO EM30/12/2005					
Especificação	ADM.DIRETA ESTADO	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			TOTAL
		CASAL	COHAB	IPASEAL	
DÍVIDA INTERNA	5.160.153.537,01	34.422.772,34	130.310.380,89	270.537.783,72	5.595.424.473,96
BANCO DO BRASIL S/A	4.597.986.795,44	34.422.772,34	3.360.352,24	10.683.236,01	4.646.453.156,03
GOV.EST.LEI 8727/93 - ROLAGEM	413.814.401,63	-	3.360.352,24	10.683.236,01	427.857.989,88
GOV.EST.LEI 9496/97 - DIV.MOB.	1.263.889.452,27	-	-	-	1.263.889.452,27
GOV.EST.LEI 9496/67 - LIQ.BEA	858.354.192,05	-	-	-	858.354.192,05
GOV.EST.LEI 9496/67 - ROLAGEM	1.980.173.971,53	-	-	-	1.980.173.971,53
GOV.EST.LEI 7976/89 - VOTO 340	13.971.650,13	-	-	-	13.971.650,13
GOV.EST.LEI 7976/89 - AVISO 30	35.528.387,85	2.763.417,32	-	-	38.291.805,17
DMLP	32.254.739,98	31.659.355,02	-	-	63.914.095,00
BANCO DO NORDESTE	10.367.605,34	-	-	-	10.367.605,34
PRODETUR -I	10.367.605,34	-	-	-	10.367.605,34
BNDES	61.000.000,00	-	-	-	61.000.000,00
PRIVATIZAÇÃO/CEAL	61.000.000,00	-	-	-	61.000.000,00
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	25.921.471,48	-	-	-	25.921.471,48
PNAFE/CEF/SEFAZ	25.921.471,48	-	126.950.028,65	259.854.547,71	412.726.047,84
OUTROS	484.877.664,75	-	-	-	484.877.664,75
GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	126.284.020,16	-	-	-	126.284.020,16
FGTS	72.811.312,75	-	-	-	72.811.312,75
INSS	265.782.331,84	-	-	-	265.782.331,84
DÍVIDA EXTERNA	10.261.984,35	-	-	-	10.261.984,35
BIRD/DER	10.261.984,35	-	-	-	10.261.984,35
DÍVIDA MOBILIÁRIA	69.891.054,60	-	-	-	69.891.054,60
T O T A L	5.240.306.575,96	34.422.772,34	130.310.380,89	270.537.783,72	5.675.577.512,91

Ao final do exercício de 2005, a Consolidação do Estoque da Dívida Pública Estadual alcançou R\$ 5.676 bilhões, com um incremento percentual de 10,0% contra o verificado em 2004, isto equivale à quantia de R\$ 532,2 milhões – os contratos com vinculações de correção, pelo índice de (IGP-DI), foram beneficiados pelo baixo valor observado no mesmo em 2005 (1,22%) contra (12,13%) em 2004 – isto representou para o Estado de Alagoas uma retração considerável no comprometimento de sua Receita Corrente Líquida com este compromisso, reduzindo a relação da Dívida Consolidada Líquida – DCL e a RCL de 2,64 em 2004 para 2,15 em agosto/2005(fonte – (STN)).

Neste exercício o Tesouro Estadual desembolsou R\$ 380,0 milhões com o pagamento do serviço da dívida, sendo R\$ 212,0 milhões referentes à amortização do principal, R\$ 165,0 milhões com juros e R\$ 3 milhões com outros encargos, isto equivaleu a um gasto mensal médio superior a R\$ 30 milhões e um comprometimento de mais 18% da Receita Líquida Real do Estado com esta despesa.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA X DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - ESTADOS DO NORDESTE - VALOR EM 30/08/2005 - R\$ 1000			
E S T A D O S	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	(DCL/RCL)
Maranhão	3.417.189	5.719.642	1,67
Piauí	2.256.099	2.131.908	0,94
Ceará	5.114.306	3.531.811	0,69
Rio Grande do Norte	2.964.206	1.024.685	0,35
Paraíba	2.718.267	2.391.327	0,88
Pernambuco	5.914.378	5.002.178	0,85
Alagoas	2.291.006	4.924.191	2,15
Sergipe	2.352.893	1.074.553	0,46
Bahia	9.798.240	11.751.825	1,20

Fonte: STN - Secretaria do Tesouro Nacional

No comparativo de comprometimento da Receita Corrente Líquida com o montante da Dívida Consolidada, o Estado de Alagoas, apesar de ter diminuído esta relação contínua a liderar o rank entre os estados nordestinos. É o que apresenta ainda o maior grau de comprometimento, com uma relação de 2,15% (RCL/DCL), sendo o estado do Rio Grande do Norte o que detém a melhor performance, com uma relação de apenas 0,35% .

RELAÇÃO RECEITA CORRENTE LÍQUIDA X DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - ESTADOS DO NORDESTE - PERÍODO: 2000-2005						
ESTADOS	31/12/2000	31/12/2001	31/12/2002	31/12/2003	31/12/2004	30/8/2005
Maranhão	2,58	2,10	2,73	2,22	1,74	1,67
Piauí	1,73	1,74	1,64	1,52	1,42	0,94
Ceara	0,87	0,94	1,18	1,06	0,92	0,69
Rio Grande do Norte	0,71	0,54	0,65	0,53	0,38	0,35
Paraíba	1,53	1,10	1,42	1,17	1,08	0,88
Pernambuco	0,86	1,12	1,25	1,17	1,04	0,85
Alagoas	2,23	1,78	2,36	2,77	2,64	2,15
Sergipe	0,88	0,78	0,73	0,68	0,65	0,46
Bahia	1,64	1,71	1,82	1,63	1,42	1,20

Fonte: STN - Secretaria do Tesouro Nacional